

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06 criado pela Lei 5.766/71, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, destinado a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, possui jurisdição em todo o Estado de São Paulo.

Na condição de Autarquia Federal, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e receitas, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal do Brasil. As receitas do CRP-06 constituem tributos para fiscais e são representados por arrecadação de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, por rendimentos de aplicações financeiras com poupança e em Fundos de Renda Fixa Governamentais específicos para Conselhos de Profissões, por recebimentos de emolumentos com inscrições e 2ª via de carteiras, dívida ativa e por fim demais receitas devidamente registradas na execução orçamentária.

2 – PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA ÀS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

A Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008 e o Decreto nº 6976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deve promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

Em face desse processo de evolução da contabilidade, a STN emitiu Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Portaria 828/2011 da STN, em seu artigo 6º, estipulou que os entes da Federação deverão adotar os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes do Manual da STN – Parte II – gradualmente a partir do exercício de 2012 e, integralmente, até o final do exercício de 2018.

Em face de o anteriormente exposto, este Conselho iniciou o processo de convergência, a partir de Janeiro/2012, em alinhamento com os preceitos dos Manuais da STN.

2.2 – PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.2.1 – ATIVO CIRCULANTE

a-) Disponibilidades

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa é representado pelos saldos das contas Caixa, Banco Conta Movimento, Banco Conta Arrecadação, Bancos Conta Poupança e Banco Conta Aplicação Financeira.

O valor aplicado em caderneta de poupança é demonstrado ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada exercício. O CRP-SP possui também valores em aplicação financeira, modalidades em Fundos de Renda Fixa Governamental específicos para Conselhos de Profissões.

2.2.2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS

Esta Autarquia vem executando o procedimento contábil da depreciação para os bens adquiridos a partir de 2012, mas os procedimentos relativos à reavaliação e ajuste de *mensuração* ainda não foram executados, estamos estudando a contratação de uma empresa qualificada para que se faça a reavaliação de bens patrimoniais e assim atendermos a legislação em vigor.

a) Bens Móveis e Intangíveis

A partir de 2012 houve mudança na política contábil de contabilização dos Bens Móveis e Intangíveis, para introdução das contas de depreciação e amortização e adoção de valor residual, atendendo as novas Normas Contábeis.

b) Ativos Contingentes, Provisões e Passivos Contingentes.

Em alinhamento com as novas Normas Contábeis, houve mudança na contabilização das contas de: Créditos por Danos ao Patrimônio e Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas a Longo Prazo. A primeira deixou de ser considerada como um direito líquido e certo e enquadrou-se como Ativo Contingente.

2.2.3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T.16), os Manuais de Contabilidade da STN Aplicadas ao Setor Público e o Manual de Normas e Procedimentos, Administrativos, Financeiros e Contábeis instituídos pela Resolução nº 20, de 04 de dezembro de 2018 – 20/2018 do CFP.

2.2.4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do CRP-06 demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. No que tange as receitas são apresentadas as receitas realizadas, as previsões iniciais e atualizadas, bem como o saldo decorrente da diferença entre a previsão atualizada e as receitas realizadas. Pelo lado das despesas, o balanço evidencia as dotações iniciais e atualizadas, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, bem como o saldo decorrente da diferença entre as dotações atualizadas e os valores empenhados. Sendo assim: O Resultado Orçamentário, do Exercício de 2020 foi de um Superávit Orçamentário de **R\$ 5.265.865,41**, resultado este obtido através da diferença entre o total das receitas realizadas no ano de 2020 no valor de R\$ 41.940.484,56 menos o total das despesas pagas no ano de 2020 no valor de R\$ 36.674.619,15.

2.2.5 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. Sendo assim: O resultado do Balanço Patrimonial do exercício de 2020 foi de: Ativo Financeiro no valor de R\$ 39.341.190,87 com um Ativo Permanente no valor de R\$ 1.653.220,15 em contra partida um Passivo Financeiro no valor de R\$ 4.452.369,03, com um Passivo Permanente no valor de R\$ 416.998,54, feito a apuração entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro obtivemos um Superávit Financeiro no valor de 34.888.821,84.

2.2.6 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, sendo assim:

Em 2020, os ingressos orçamentários corresponderam à receita realizada pelo montante de R\$ 41.940.484,56 e os ingressos extraorçamentários de R\$ 28.770.411,97, que somados com o saldo em espécie do exercício anterior R\$ 15.616.721,84, totalizara um valor de R\$ 86.327.618,37. Em contrapartida, a despesa orçamentária liquidada atingiu a cifra de R\$ 36.674.619,15 e as despesas extraorçamentárias R\$ 26.691.454,74, que somados com o saldo em espécie que passa para o exercício seguinte R\$ 22.961.544,48 totaliza, também, R\$ 86.327.618,37.

2.2.7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP demonstra as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no Exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício.

Em 2020, o resultado patrimonial apurado, decorrente da diferença entre as variações aumentativas e diminutivas, foi um **Superávit Patrimonial de R\$ 4.882.431,46**. Na DVP, as variações aumentativas somaram R\$ 41.940.484,56 e as variações diminutivas foram de R\$ 37.058.053,10.

2.2.8 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa demonstra os ingressos e desembolsos, recebimentos extraorçamentários e pagamentos extraorçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie do exercício, atual fluxo de caixa líquido das atividades das operações e o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos. Sendo assim:

Em 2020, os ingressos orçamentários correspondem à receita realizada pelo montante de R\$ 41.940.484,56 e os recebimentos extraorçamentários de R\$ 28.054.510,12, que em contrapartida, os desembolsos pelo montante de R\$ 35.790.430,34 e os pagamentos extraorçamentários pelo montante de R\$ 26.691.454,74 liquidada.

O fluxo de caixa líquido das atividades das operações do ano de 2020 teve uma **Geração de Líquida de Caixa de R\$ 7.513.109,60** e subtraindo o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos no valor de **R\$ 158.773,80**, a **Geração de Líquida de Caixa** ficou em **de R\$ 7.354.335,80** na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2020.

2.2.8. a-) Nota – 1)

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 constatou-se a existência da conta 108610, na Agência 1815-5 do Banco do Brasil, sendo que em nossos registros contábeis esta conta estava inativa desde o exercício de 2002. Porém em 31 de julho de 2002 foi efetivado um depósito nesta conta no valor de R\$ 67.17. Por anos seguidos a contabilidade não registrou a existência deste valor pois não houve a comunicação por parte do Banco da referida movimentação. No exercício de 2019 de forma fortuita a Unidade Financeira do CRP identificou esta conta e para evidenciar nos cofres desta Entidade aguardava a contabilização do referido valor, o que ocorreu no exercício de 2020.

2.2.9-) – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

O grupo Créditos a Curto Prazo corresponde aos créditos tributários / contribuições a receber (anuidades PF e PJ) do Exercício corrente e à Dívida Ativa tributária decorrente das anuidades. Também está constituída a Provisão para Perdas de Créditos Tributários, em atendimento às novas normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Optamos por transferir o saldo de provisão de créditos a curto prazo no valor de R\$ 11.027.419,89 do exercício de 2019 para provisões de créditos a longo prazo PF e PJ, pois já é sabido que não receberemos a curto prazo e também para esse ano de 2020 orçamos esses créditos tributários nas contas a longo prazo

2.2.10-) – DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO

O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto, dentre outros valores de menor representatividade, por valores repassados aos empregados do CRP-06 a título de adiantamento por motivo de salários, férias, auxílio doença, 13º salário, vale transporte, vale refeição, lançamentos na conta de tributos a recuperar/ compensar, créditos a receber por descentralização da prestação de serviços públicos, entidades públicas devedoras, depósitos restituíveis e valores vinculados, estoque.

Conforme abaixo composto:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.058.588,03
Adiantamento de férias	131.270,47
Adiantamento de Auxílio Doença	21.763,81
Adiantamento de vale Refeição/ Alimentação	111.707,20
Tributos a recuperar/Compensar	18.255,74
Devedores Diversos	10.692,85
I.N.S.S. s/ Salário Maternidade	8.726,10
Depósitos Restituíveis e valores Vinculados	197.258,44
Estoque	186.802,82
Despesas a Regularizar	372.110,60

3 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo realizável a longo prazo é composto por Créditos a Longo Prazo (Dívida Ativa), Demais Créditos a Longo Prazo e (Provisões para riscos trabalhistas a longo prazo). a partir do Exercício de 2012, para atender as novas regras da Contabilidade Pública, passou a reconhecer a Dívida Ativa em longo prazo, bem como a Provisão para Perdas destas Dívidas Ativas de Longo Prazo. Importante informar que a inscrição de débitos de Anuidade – PF e PJ – em Dívida Ativa Executiva está vinculada ao ajuizamento de ação para cobrança judicial e que a cobrança dos valores, tanto em Dívida Ativa Administrativa quanto Executiva, é feita pela Unidade jurídica, responsável pela negociação dos débitos junto às(aos) Profissionais e Entidades inscritos no CRP-06. A seguir, demonstramos os valores inscritos em Dívida Ativa Administrativa e Dívida Ativa Executiva, tanto para Pessoa Física quanto para Pessoa Jurídica, desde o Exercício de 1.982 até o Exercício de 2.015

3.1 -) É composto por valores a seguir demonstrados:

ATIVO NÃO CIRCULANTE

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

CRÉDITOS A LONGO PAZO	R\$ 4.848.834,51
1.2.1.1.2.01 – Anuidades de Exercícios Anteriores	R\$ 14.319.014,91
1.2.1.1.3.01.01 – Crédito de Dívida Ativa Administrativa a Receber a longo Prazo	R\$ 5.131.790,13
1.2.1.1.3.01.02 – Crédito de Dívida Ativa Executiva a Receber a longo Prazo	R\$ 11.373.185,69
PROVISÕES DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-R\$ 25.975.156,22
1.2.1.1.6.01.01 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Administrativa a longo prazo	-R\$ 25.217.039,13
1.2.1.1.6.01.02 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Executiva a longo prazo	-R\$ 758.117,09

3.1.1 -) NOTA 1

Com relação a apropriação das Receitas do exercício de 2020, ressalvamos que o Sistema de Cadastro e Financeiro (SiscafW), não está integrado com a contabilidade. Assim, o recurso foi contabilizado a partir das receitas mediante a soma do extrato bancário.

3.1.2-) NOTA 2

A geração do Mapa de Arrecadação Contábil não foi gerada pelo Sistema de Cadastro e Financeiro (SiscafW), assim os dados sobre os valores a receber de Dívida Ativa em fase Administrativa e a Dívida Ativa em fase Executiva, foi feita pelo regime de caixa.

3.2.3.-) NOTA 3

Para o próximo exercício, adquirimos um novo sistema, em fase de implementação, de arrecadação de anuidades e controles internos de Dívidas Ativas, o sistema é voltado para Órgãos Públicos e suprirá nossas necessidades, tanto para a Unidade Financeira, quanto para Unidade de Atendimento, COF, COE e Contabilidade, o mesmo está em fase de implementação, tendo como objetivo a sua total implementação para 2021.

4 -) IMOBILIZADO

O imobilizado é composto dos Bens Móveis e Imóveis, sujeitos à depreciação. E o Intangível é composto por softwares, sujeito, parcialmente à amortização.

Segue abaixo quadro consolidado dos Bens Móveis (itens 1 a 3), Bens Imóveis (4 e 6), Depreciação Acumulada de Bens Móveis (7 a 9), Depreciação Acumulada de Bens Imóveis (10 a 11), Intangíveis (12) e (13) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis.

ITENS	VALOR EM 31/12/2019	VALOR EM 31/12/2020
1. Equipamentos de Informática.	R\$ 1.231.718,14	R\$ 1.249.440,14
2. Mobiliário em Geral e Utens.	R\$ 1.235.079,76	R\$ 1.245.794,36
3. Máquinas, Motores e Aparelhos	R\$ 724.334,31	R\$ 717.215,81
4. Edifícios	R\$ 7.219.033,42	R\$ 7.219.033,42
5. Benfeitorias	R\$ 1.539.329,56	R\$ 1.539.329,56
7. Depreciação Acumulada de Mobiliário em Geral	-R\$ 843.479,62	-R\$ 916.167,78
8. Depreciação Acumulada de Máquinas, Motores e Aparelhos	-R\$ 386.017,59	-R\$ 420.915,47
9. Depreciação Acumulada de Equipamentos de Informática	-R\$ 715.349,75	-R\$ 791.096,96
10. Depreciação Acumulada de Edifícios	-R\$ 3.366.261,52	-R\$ 3.565.797,69
11. Depreciação Acumulada de Benfeitorias	-R\$ 543.508,25	-R\$ 602.947,65
TOTAL DO IMOBILIZADO	R\$ 6.094.878,46	R\$ 5.673.887,74
12. Softwares e Lic. de uso	R\$ 294.297,97	R\$ 310.690,90
13. Amortização Acumulada - Softwares	-R\$ 138.430,47	-R\$ 165.848,49
TOTAL DO INTANGÍVEL	R\$ 155.867,50	R\$ 144.842,41

4.1 -) – Baixa de Bens Móveis

Em 2020 devido a pandemia não foram realizadas doações.

4.1.2 -) – Método de Depreciação

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, desde janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de depreciação é o de Cotas Constantes. Seguem os parâmetros obtidos com base em tabela extraída do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e que foram aplicados no CRP-06:

4.1.3 -) - Mobiliário

- A.1) Vida útil: 10 Anos
- A.2) Depreciação mensal de 10/12%
- A.3) Depreciação acumulada no ano de 2019: R\$ 161.009,27

4.1.4 -) - Máquinas e Motores

- B.1) Vida útil: 10 anos
- B.2) Depreciação mensal de 10/12%
- B.3) Depreciação acumulada no ano de 2019: R\$ 42.416,24

4.1.5 -) - Computadores e Periféricos

- C.1) Vida útil: 5 anos
- C.2) Depreciação mensal de 20/12%
- C.3) Depreciação acumulada no ano de 2019: R\$ 148.289,96

4.1.6 -) - Bens Imóveis

Em relação aos Bens Imóveis, estes não sofreram atualização no exercício de 2019

RELAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CRP-SP 2020		
Conta:1.2.3.1.01 - Edifícios		
Local	Endereço	Valor (R\$)
São Paulo – Sede	Rua Arruda Alvim , 89 - Jd. América	1.630.571,90
Assis – Subsede de Assis	Rua Osvaldo Cruz, 47	60.000,00
Bauru – Subsede de Bauru	Rua Albino Tambara, 5 – 28	75.000,00
Campinas –Subsede de Campinas	Rua Frei Manoel da Ressurreição, 1.251	110.000,00
Rib. Preto - Subsede de Rib. Preto	Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168	881.931,18
Santos - Subsede da Baixa Santista	Rua Cesário Bastos, 26	235.000,00
Santo André - Subsede Grande ABC	Rua Almirante Tamandaré, 426 quadra 33	250.000,00
S.J.Rio Preto – Subsede de S.J.R.P	Rua Coronel Spinola Castro, 22	265.000,00
Taubaté – Subsede Vale do Paraíba	Rua Nancy Guisard Kehier, 28	130.000,00
São Paulo – Subsede Metropolitana	Rua Oscar Freire, 1.800/1.8002	902.000,00
Campinas- Subsede de Campinas	Rua José Paulino, 229	2.081.959,92
Sorocaba – Subsede Sorocaba	Cidade de Sorocaba	597.570,42
Total		7.219.033,42

4.1.7-) Bens Imóveis

C.1) Vida útil: 25 anos

C.2) Depreciação mensal de 4/12%

C.3) Depreciação acumulada no ano de 2020: R\$ 199.536,17

4.1.8 -) - Benfeitorias

- C.1) Vida útil: 25 anos
- C.2) Depreciação mensal de 4/12%
- C.3) Depreciação acumulada no ano de 2019: R\$ 59.439,40

4.1.9 -) – Bens Intangíveis

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, a partir de janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de amortização é o de cotas constantes para os bens intangíveis de vida útil definida.

Seguem os parâmetros de amortização e a tabela dos Intangíveis, decorrentes de avaliação procedida:

- A) Amortização Concluída no exercício de 2020: R\$ 33.289,31
- B) Vida Útil definida de cinco anos
- C) Vida útil: até Dez/2020
- D) Valor total Contábil Bruto em 31/12/2020: R\$ 310.690,90
- E) Amortização acumulada no ano de 2019: R\$ 165.848,49

O CRP-06 contratou seguro contra roubo, incêndio e danos para a sede e subsedes de modo a preservar o seu patrimônio em caso de ocorrência de algum sinistro será ressarcido pela Seguradora.

5-) PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto por obrigações trabalhistas a pagar a curto prazo, despesas com fornecedores já liquidadas (restos a pagar processados), obrigações fiscais a curto prazo (retenções de impostos a recolher), obrigações de repartição a outros entes (cota parte a transferir ao Conselho Federal), provisões a curto prazo (provisões para férias) e demais obrigações a curto prazo (depósitos de diversas origens).

PROVISÕES A CURTO PRAZO	2.095.504,81
Provisão de Férias	1.659.310,34
Provisão de I.n.s.s. s/ Férias	307.182,53
Provisão do F.g.t.s. s/ Férias	114.748,11
provisão do Pasep s/ férias	14.263,83

OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	97.390,69
ï.n.s.s. Patronal a recolher	14.703,27
I.r.r.f. a Recolher código 0561	75.315,80
I.r.r.f. a Recolher código 3208	2.764,80
I.r.r.f. a Recolher código 3280	48,82
I.r.r.f. a Recolher código 6147	10,14
I.r.r.f. a Recolher código 6190	1.146,72
I.s.s. a Recolher	3.401,14

CONSIGNAÇÕES	73.987,79
I.n.s.s. a Recolher (Parte dos Colaboradores)	68.777,47
Assistência Odontológica (Parte dos Colaboradores)	2.908,15
Seguro de Vida dos Colaboradores	810,82
Pensão Alimentícia	1.491,35

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.185.485,74
Receitas de Exercícios Futuros	1.460.070,73
Restos a Pagar	725.415,01

Destaques:

1-) - Apropriamos as receitas recebidas antecipadamente que ficou no valor **R\$1.460.070,73** e suas tarifas bancárias que ficou no valor de **R\$ 387.862,00**.

2-) - Destacamos também os restos a pagar que ficou no valor de **R\$ 725.415,01**

5.1-) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

O Passivo Não-Circulante é composto por provisões a longo prazo, quais sejam, riscos cíveis e trabalhistas, que ficou em **R\$ 416.998,54**.

Ações Trabalhistas	Provável	Possível
Processo nº 00017663520125020019	25.000,00	
Processo nº 00023756420135020445	1.426,00	
Processo nº 00030178720125020084	25.000,00	
Processo nº 00117483220165150032	50.000,00	
Processo nº 00110379020175150129	3.000,00	
Processo nº 10014009020185020011	65.673,91	
Processo nº 10007869320205020018	80.000,00	
Processo nº 10001358820205020009	166.898,63	
Processo nº 00030385520115020001		27.200,00
Processo nº 00028808620125020058		24.000,00
Processo nº 00021203120135020082		28.000,00
Processo nº 00012370820135020075		27.000,00
Processo nº 00018634820155020013		5.000,00
Processo nº 00125861720155150094		36.411,92
Processo nº 00013054820155020087		50.000,00
Processo nº 00016952820155020019		35.000,00
Processo nº 10000511920155020056		32.000,00
Processo nº 00101223820165150109		42.634,34
Processo nº 10003898620165020434		90.000,00
Processo nº 00115360620155150045		48.190,02
Processo nº 10003745020175020445		38.000,00
Processo nº 00107226820165150009		50.000,00
Processo nº 10021130920165020020		400.000,00
SALDO PARA CONTA DE CONTROLE GRUPO 7 E 8		933.436,28
SALDO CONTINGÊNCIA DE AÇÕES TRABALHISTAS DO EXERCÍCIO	416.998,54	

Os prováveis que deixaram de evidenciar no Balanço Patrimonial se tornando possíveis, foram transferidos para as contas de controles nos grupos de controles grupo 7 e 8.

Patrimônio Líquido Acumulados	36.125.043,45
Evolução Patrimonial no exercício corrente ficou em:	4.882.431,46
Resultados Patrimoniais acumulados de anos exercícios anteriores:	31.270.406,79
Ajustes Patrimoniais de exercícios anteriores:	- 27.794,80

5.2-) RESULTADOS ACUMULADOS (Patrimônio Líquido)

Os Resultados Patrimoniais acumulados de anos anteriores no valor de R\$ 31.270.406,79 menos o saldo acumulados Patrimoniais do exercício corrente no valor de R\$ 36.125.043,45 menos ajustes de exercícios anteriores no valor de **R\$ 27.794,80**, originou uma evolução patrimonial quantitativa aumentativa no exercício corrente de **R\$ 4.882.431,46**.

6-) Reserva de Fundo de Contingência

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região mantém como reserva de contingência no valor de **R\$ 428.243,00** que está adequado para atender prováveis perdas trabalhistas e ou ações cíveis. Para esse exercício tivemos três sentenças judiciais, referente aos processos n.º 0012586-17.2015.5.15.0094, n.º 0002120- 31.2013.5.02.0082 e n.º 1002113-09.2016.5.02.0020, pelo o montante de **R\$ 113.573,87**.

7-) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CRP-06 é auditado periodicamente por empresa de auditoria (independente), contratada pelo Conselho Federal de Psicologia, momento em que se verifica a exatidão e veracidade das informações e obediência da legislação nos atos e fatos praticados pelos gestores do Conselho Regional Psicologia – 6ª Região, bem como os controles internos e guarda do patrimônio da Entidade. O último relatório circunstanciado dos auditores independentes datado de 02 de setembro de 2019 é referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e os aspectos abordados no mencionado relatório, foram devidamente respondidos pela Diretoria atual e encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia

São Paulo, SP, em 31 de dezembro de 2020.